
Em Defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia

Tânia Maria Fresca*

RESUMO

O objetivo do artigo é discutir a importância das cidades pequenas no ensino de geografia. Enquanto lugares singulares, os pequenos núcleos urbanos manifestam a universalidade de processos gerais permitindo que inúmeros temas e temáticas do ensino de geografia possam ser realizados a partir do estudo das cidades pequenas.

PALAVRAS-CHAVE: cidade pequena, lugar, ensino, Geografia.

I

Nosso trabalho enquanto docente tem nos colocado em contato e atuação direta com o ensino fundamental e médio seja pela formação de alunos licenciados, pelos cursos de capacitação para professores da rede estadual, pela supervisão de estágio na disciplina de prática de ensino, por projeto de extensão ligado ao ensino, dentre outros.

Ao mesmo tempo nossa atuação enquanto pesquisadora tem se vinculado a temáticas que envolvem as cidades pequenas de dimensões variadas (Fresca, 1990; 1993; 1994; 2000), temáticas estas que perpassam pelo entendimento da dinâmica funcional urbana, pelas suas inserções em uma dada rede urbana, bem como as refuncionalizações pelas quais as pequenas cidades passaram, inseridas no complexo e multifacetado processo de transformação da sociedade brasileira.

Advém desta experiência o ponto central da presente discussão, em caráter introdutório: as cidades pequenas estão ausentes no ensino do urbano nos níveis educacionais citados. Ausência esta manifesta na maioria dos livros didáticos, que se tornaram o principal, senão o único, material bibliográfico utilizado pelos professores e alunos.

Nestes livros, e não precisamos citar exemplos porque quase unanimidade, discute-se urbanização, rede urbana e cidades enfocando as regiões metropolitanas e grandes cidades muito atreladas às áreas de grande concentração industrial. Quando muito, discute-se cidades históricas, cidades “mortas”, cidades planejadas – como algumas capitais estaduais esquecendo-se, no entanto, de numerosas e até mais antigas cidades planejadas no Oeste Paulista e no Norte do Paraná, como Osvaldo Cruz, Inúbia Paulista, Adamantina (Fresca, 1990), Londrina, Maringá, Cornélio Procópio, Cianorte, Astorga, etc., respectivamente.

Mas por que as cidades pequenas estão ausentes nos livros didáticos? Elas não manifestam interesse algum ao estudo? Não são significativas? Como explicar então que esta classe de núcleos urbanos representa numericamente a maioria das cidades brasileiras? Os conteúdos discutidos nos livros didáticos não seriam passíveis de serem abordados para as cidades pequenas? Os alunos não teriam melhores condições de aprendizado se muitos dos conteúdos fossem discutidos a partir destas cidades?

Os livros didáticos, no entanto, procuram dar conta de temáticas e conteúdos em

*Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – PR. E-mail:fresca@uel.br

nível geral optando pela abordagem do mais complexo, pois, implicitamente seus autores acreditam ser o caminho mais profícuo. Deixamos claro que as abordagens do nível metropolitano continuam sendo necessárias, mas a outra face também. Caso contrário, incorre-se no risco de homogeneizar o que é por sua natureza, socialmente heterogêneo e diferenciado. Nem mesmo a chamada globalização – enquanto etapa atual do desenvolvimento do capitalismo pautado em uma cada vez maior concentração e centralização do capital – é capaz de eliminar diferenças, muito pelo contrário, por vezes cria e reforça as já existentes.

No período atual as cidades pequenas ou grandes, enquanto lugares, são singulares e uma situação não é semelhante a outra, e cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem ser comuns a vários lugares (Santos, 1988).

II

Assim, a título de encaminharmos nossa discussão, o primeiro aspecto é a noção de cidade pequena, que envolve a busca de elementos que caracterizem uma cidade como tal. Partimos das indicações de Santos (1982, p. 71) quanto a existência “de uma dimensão mínima a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço”. Não se trata pois, de buscar definições a partir de um número mínimo necessário para ser cidade, mas de encontrar o fundamento, o limite mínimo de “complexidade das atividades urbanas capazes de ... garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial” (Santos, 1982, p. 70). Neste sentido a cidade local acaba por responder às “necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (Santos, 1982, p. 71).

Mediante tal posicionamento, podemos entender a dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade e, ao mesmo tempo, isto nos remete

à complexidade das condições e elementos que nos permitam caracterizar uma cidade como sendo pequena. Porque nesta classe de cidades vamos encontrar desde aquelas com limite mínimo da complexidade de atividades urbanas até aquelas donde tal complexidade é bastante acentuada, refletindo inclusive, diferenças do ponto de vista populacional. Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2 000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50 000 habitantes, e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade como sendo pequena, esteja muito mais vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (Corrêa, 1989) e que nos permita entendê-la como tal. É preciso pois, o entendimento do contexto sócio-econômico de sua inserção como eixo norteador de sua caracterização como forma de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas.

Embora esta discussão seja importante, no âmbito da Geografia, poucos são os autores que têm se preocupado em analisar as cidades pequenas. Ao mesmo tempo diante da ampliação da taxa de urbanização no Brasil e da constituição de áreas urbanas, Santos (1993, p. 71) entende que para “ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno de 100 000 habitantes”, indicando que abaixo deste patamar, os núcleos devem ser cidades pequenas. Contudo uma cidade com cerca de 50 000 habitantes urbanos inserida na rede urbana norte paranaense diferencia-se em muito de uma similar inserida, por exemplo, na rede urbana nordestina.

Assim, nosso objetivo é introduzir uma discussão a respeito da importância de trabalharmos com estes núcleos, utilizando para tanto algumas abordagens de conteúdos do ensino fundamental e médio, passíveis de serem tratados mediante as pequenas cidades.

A título de contribuição reflexiva a respeito da importância de trabalharmos com as pequenas cidades no ensino fundamental e médio levantamos alguns pontos como forma de explicitarmos que estas, enquanto lugares, manifestam a universalidade do movimento real, porque o singular, o único, só pode ser compreendido em relação ao geral e por causa dele, por intermédio do particular enquanto um membro intermediário real das determinações do geral, que se especifica em momentos particulares incorporando novas singularidades.

a) A dinâmica econômica social brasileira tem sido abordada no ensino da geografia a partir da ótica da industrialização especialmente após a Segunda Guerra Mundial, servindo inclusive como eixo crucial para tratar das cidades e da urbanização. Sem entrar no mérito da discussão que envolve o complexo processo de industrialização que teve seu desenvolvimento principiado nas últimas décadas do século XIX (Mamigonian, 2000), os livros didáticos nunca abordam que nas cidades pequenas também há indústrias e por vezes de grande porte. Mais que isto, há cidades pequenas que acabam por concentrar importantes polos industriais configurando-se em detentoras de boa parte do mercado consumidor nacional para certos produtos.

Na medida em que os livros didáticos privilegiam uma abordagem centrada no período após Segunda Guerra Mundial e nas áreas donde ocorre a maior concentração territorial das unidades produtivas industriais – regiões metropolitanas – deixam de considerar outras relações espaço – temporais do mesmo processo.

Exemplar é o Norte do Paraná que ocupado modernamente a partir das últimas décadas do século XIX, somente após a década de 1920 teve ampliada a incorporação de terras à produção agropecuária inserido no processo de expansão das frentes pioneiras e concluída nos limites estaduais na década de 1950. Tratava-se de uma incorporação de

terras à economia capitalista de então, que se caracterizava sobretudo por uma estrutura fundiária apoiada nas pequenas e médias propriedades; no cultivo do café – enquanto produto de inserção na divisão internacional do trabalho – gêneros alimentícios como arroz, feijão, etc. e em matérias primas como algodão, amendoim, etc., destinados a atender demandas do mercado interno, quer populacional ou industrial e no predomínio da mão-de-obra familiar.

Nesta economia assentada na pequena produção mercantil, fundamental foi a presença das cidades, fundadas a partir de ações planejadas, que tinham como fundamento atender as demandas básicas da população e da produção propriamente dita, atribuídas pela divisão social do trabalho.

Neste quadro é necessário a referência de que o predomínio da produção era a agrícola, mas a industrial também se fazia presente, desde as máquinas de beneficiamento, até pequenas unidades produtivas de bens de consumo não duráveis à exemplo dos alimentícios, bebidas, confecções, dentre outras. Mas tratava-se de uma industrialização, via de regra, de pequena amplitude produtiva.

Foi somente a partir dos anos de 1970, quando profundas transformações afetaram a base produtiva agrícola desestruturando a pequena produção mercantil em direção à denominada modernização agrícola, que houve a expansão do processo de industrialização no Norte do Paraná. Uma industrialização vinculada aos complexos agroindustriais – CAI's – ou de implantação de unidades e setores industriais mais diversificados como confecção, móveis, têxtil, fiações, mecânica, café solúvel, etc. Processo este que se realizou a partir da ação de capitais locais e regionais, transferidos ou não da produção agropecuária e que permitiram a estruturação de polos industriais regionais ou nacionais para certos produtos.

Alguns que inclusive por seu dinamismo – em termos de capital investido, acesso à tecnologia, custos de produção, conquista de mercado consumidor, etc. – foram capazes de concorrer com a produção similar metropolitana paulista (Brancaleone, 1999).

Isto permite-nos entender que, se o processo de industrialização nacional foi intensificado após a Segunda Guerra Mundial – através da implantação das indústrias automobilísticas, material de transporte, material elétrico, cimento, siderurgia, etc. – em outras áreas do Brasil esta industrialização começou ou foi ampliada a partir dos anos de 1970. Nesta etapa muitas cidades pequenas tornaram-se os locais preferenciais para a localização de muitas unidades produtivas, tanto em número como pelo volume de produção alcançada, sem que para isso, tenha havido a formação de áreas ou regiões industriais (Goularti Filho, 1995)

Cornélio Procópio e Cianorte são duas cidades exemplares do que estamos abordando. Ambas estão inseridas na rede urbana norte-paranaense, cujas gêneses são de 1926 e 1953 respectivamente, e atreladas ao processo de avanço das frentes pioneiras. Cidades planejadas e produzidas para dar apoio à produção agropecuária – assentada no café, gêneros alimentícios e matérias primas, pequenas e médias propriedades, mão de obra familiar – através da coleta da produção, beneficiamento, transporte e comercialização. E para dar apoio à população, majoritariamente rural, através da oferta de bens e serviços diversificados.

A dinâmica econômico-social instaurada em ambas as cidades cujo fundamento social era a pequena produção mercantil, foi a partir dos anos de 1970 totalmente alterada mediante a ação do processo de modernização da agricultura nacional.

A partir de então Cornélio Procópio e Cianorte inseriram-se distintamente na divisão territorial do trabalho. A primeira tornou-se uma cidade com profundos vínculos à produção agrícola, caracterizando-a como uma “cidade do campo”, regulando-o e “respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediata” (Santos, 1994, p. 148). Através da oferta de insumos, maquinários, implementos, sementes, créditos especializados e sistema de comercialização via cooperativa, a cidade estabelece interações espaciais (Corrêa, 1997), em escala internacional via comercialização da soja e trigo.

Do ponto de vista industrial Cornélio Procópio – com 38.981 habitantes urbanos (IBGE, 1997) – contava no final dos anos de 1990, com pequeno número de estabelecimentos, mas alguns de grande porte. A primeira é uma unidade produtora de fios de seda – a segunda maior fiação de seda do Brasil – instalada em 1973, funcionando como filial de empresa de capital japonês, cuja produção é destinada em 95% ao país de origem. Gerava no final dos anos de 1990 cerca de 1000 empregos diretos em suas unidades produtoras. A segunda indústria de grande porte é uma unidade produtora de café solúvel em funcionamento desde 1971 a partir da aplicação de capitais locais e japoneses, sendo controlada por uma “trading company” japonesa. Mediante evolução da empresa, em 1997, ocorreu nova ampliação da capacidade produtiva com a implantação em Cornélio Procópio de mais uma unidade de café solúvel, permitindo que a empresa ocupasse na última data referida, a terceira posição dentre as indústrias exportadoras de café solúvel do Brasil. Como decorrência da expansão das atividades produtivas, a empresa foi verticalizada englobando outras unidades pertencentes ao grupo de produção industrial e de serviços – equipamentos industriais, unidade de café torrado e moído, transportadora, setor de exportação, etc. – gerando 650 empregos diretos na cidade (Fresca, 2000)

Cianorte por sua vez tornou-se uma cidade especializada na produção confeccionista, cujo destaque atual são os jeans. No contexto da modernização agrícola, o município teve desestruturada a pequena produção mercantil; ocorreu a concentração da propriedade da terra; a expansão das pastagens e do cultivo da cultura da cana de açúcar e mandioca para os quais só houve implantação de agroindústrias incompletas para o último produto, que passariam a funcionar quase independentes da cidade; a população total diminuiu e a taxa de urbanização ampliou-se (41 504 habitantes respectivamente – 79,15% da população total). Cianorte perdeu suas anteriores funções, mas emergiu mediante a contingência e a necessidade, outra atividade produtiva urbana que permitiu a cidade tornar-se especializada na produção industrial confeccionista.

A partir da ação de um comerciante de origem libanesa, foi implantada a primeira confecção em 1977, cuja expansão das atividades acabou por propiciar condições para a implantação de outras unidades produtivas de capitais locais de origem urbana. Ao final dos anos de 1990, a cidade adjetivada como a “capital do vestuário”, contava com 311 estabelecimentos industriais confeccionistas – a maioria micro e pequenas empresas; gerava cerca de 7000 empregos; uma produção mensal de cerca de 3 milhões de peças. A produção embora seja diversificada em termos de produtos, tem no jeans – quer seja os de grifes próprias das indústrias como aqueles produzidos via facção para grifes famosas como Ellus, Forum, Calvin Klein, etc. – o traço mais marcante. Toda esta produção tem no centro sul brasileiro seu principal mercado consumidor, destacando-se a região metropolitana e o interior paulista (Fresca, 2000)

Com estes elementos estamos chamando a atenção de que cidades pequenas concentram importantes unidades e setores industriais, ao mesmo tempo em que estabelecem diariamente contatos comerciais diversos entre indústrias e mercado consumidor localizado tanto no país como no exterior. Cidades pequenas que via produção propriamente dita estão inseridas na chamada globalização e inclusive algumas de suas relações de poder e gestão já eram estabelecidas em âmbito internacional muito antes da globalização se tornar tema de destaque nos debates. Estas mesmas cidades estão cotidianamente conectadas aos mais modernos meios de comunicação e informação, por intermédio das redes técnicas.

b) Se por um lado temos cidades pequenas cujas inserções na divisão territorial do trabalho lhes garantem produções e relações diversas citadas acima, por outro temos pequenos núcleos urbanos cujas inserções em estruturas produtivas geraram condições bastante diversas.

Tratam-se de municípios e correspondentes núcleos urbanos que no contexto das transformações agrárias acabaram por

se tornar sedes produtivas de complexos agroindustriais. Grandes unidades produtivas, sequiosas de lucros, com tendência a localizarem-se próximas às fontes de matérias primas. Mas funcionam quase que independente das cidades e municípios onde estão instaladas, já que suas relações econômicas são travadas com os grandes centros urbanos inserindo estes complexos agroindustriais em atividades e nexos cada vez mais extra-locais (Santos, 1988). Com isto estamos explicitando que se os CAI's tornaram-se um dos representantes da moderna agricultura brasileira com repercussões diretas na produção e produtividade, por outro lado acabaram por trazer repercussões negativas para os pequenos núcleos urbanos onde estão inseridos. Isto porque na lógica da produção e reprodução do capital, estes complexos acabam por não necessitar de atividades, a serem desempenhadas pelas cidades mais próximas, salvo pela oferta de uma força de trabalho.

Jacarezinho e Porecatu, localizadas no Norte do Paraná, contam em seus territórios com a presença de agroindústrias sucro-alcooleiras – desde os anos de 1940 e naquele momento denominados de usinas, já que os CAI's emergiram em outro contexto – e na atualidade o controle destas unidades não estão sediadas nas cidades respectivas, mas em outros lugares. Preferencialmente no nível metropolitano, sendo de lá que emanam as decisões, o poder, o controle exercido sobre a unidade produtiva e é em parte para estas metrópoles que parcela dos lucros são remetidos.

Nesta estrutura as pequenas cidades acabaram por se tornar um local de reprodução da força de trabalho que atua no campo como bóias-frias (Oliveira, 1989). Não deixa de ser alarmante o fato de Jacarezinho contar no final dos anos de 1990 com cerca de 6000 bóias-frias, representando cerca de 19% da população urbana (Fresca, 2000); nem de que tais trabalhadores apresentem condições sociais tão agravadas como na pequena Florestópolis onde o percentual de bóias-frias sobre a população urbana seja muito elevado, superando os 50% (Broietti, 1999).

Com isto estamos pontuando apenas algumas das possibilidades de análises a serem efetuadas a partir do lugar onde esteja inserida a escola e o aluno, principalmente no interior brasileiro onde numericamente as pequenas cidades são majoritárias. Qual razão de continuarmos a realizar nossas aulas única e exclusivamente a partir do nível metropolitano?

- c) E os chamados problemas urbanos, tão fortemente discutidos nos livros didáticos à exemplo da moradia, saneamento básico, lixo urbano, saúde, desemprego, etc.? Estes “problemas”, não estão presentes também nas cidades pequenas?

Em cidades pequenas a questão da moradia à primeira vista não manifesta maiores indagações ou interesses em pesquisas, já que a aparente oferta de habitações – por diversos mecanismos – à população, esconde o essencial: a super exploração da força de trabalho. Por um lado o chamado déficit habitacional é pequeno ou nulo em tais cidades, vinculado “as redes de sociabilidade e a relativa proximidade do poder público que impede que se chegue a níveis extremos de miserabilidade e com isso assegura-se a reprodução da população de baixa renda” (Lopes, 2000, p. 225), contando ainda com apoio de pastorais e entidades diversas.

Por outro lado tal ausência do déficit omite as práticas políticas clientelistas e a implantação de loteamentos de autoconstrução para população de baixa renda como na pequena Sertanópolis (Lopes, 2000). Irregulares, os loteamentos de autoconstrução também nestas cidades acabam por se tornar uma tentativa de manutenção da população no lugar – já que a imigração com destino aos centros urbanos que ofertam empregos é elevada – ; garantem a transformação da terra de uso rural para urbano; e acima de tudo explicita o nível de exploração da força de trabalho, obrigada a construir aos finais de semana já que o salário percebido não é suficiente para as despesas com habitação

O número de favelas em pequenos núcleos urbanos tem aumentado nas últimas décadas em todo o Norte do Paraná, se

fazendo presentes em cidades com os mais distintos estratos populacionais. Mais uma vez Jacarezinho manifesta tais tendências com a presença de uma favela que abriga cerca de 500 domicílios e cerca de 2 700 habitantes, muitos dos quais sequer conseguem atuar como bóias-frias (Fresca, 2000). Na maioria das pequenas cidades (e das grandes também) parte significativa da população não é atendida por rede de esgoto. E o desemprego? Tão elevado no contexto nacional atual, não atinge os habitantes destes núcleos?

IV

Outras tantas discussões e exemplos poderiam ser colocados mas, o que importa no presente é destacar mais uma vez a imensa e profícua possibilidade de analisar e trabalharmos conteúdos do ensino fundamental e médio a partir, também, das pequenas cidades. Além do mais estes lugares pelas suas escalas acabam por se tornar muito favoráveis à compreensão do real, já que são lugares singulares e manifestam a universalidade.

Estamos cientes das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores dos níveis educacionais em pauta, mas queremos crer que alguns passos já foram dados no sentido de primeiramente haver uma bibliografia de apoio a tais discussões. Seguidamente temos encontrado receptividade por parte dos professores em efetuar um esforço necessário em organizar atividades que contemplem a coleta dos dados, a sistematização das informações para depois iniciarem as pesquisas com os alunos. Isto do nosso ponto de vista, caracteriza-se pela necessidade de buscar caminhos profícuos ao entendimento da realidade tanto pelos professores como pelos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANCALEONE, J.P. A dinâmica e a complexificação urbana de São Bento do Sul: polo industrial moveleiro, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BROIETTI, M.H. O bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis-PR, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CORRÊA, R.L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R.L. Interações espaciais. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FRESCA, T.M. A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FRESCA, T.M. Transformação da rede urbana do norte do Paraná: estudo comparativo de três centros, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FRESCA, T.M. O papel das pequenas cidades na rede urbana do Oeste Paulista. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 4, 1993, Merida. Anais ... Merida: Instituto de Geografia, Colégio de Geografos de Venezuela, 1993, v.5, p. 181-190.
- FRESCA, T.M. Contribuição ao estudo de dinâmica funcional da rede urbana de Marília: a concentração de bóias-frias nas cidades pequenas. Londrina, 1994. (Relatório final de pesquisa – CPG/UEL).
- GOULARTI FILHO, A. A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- IBGE. Contagem da população: 1996. Rio de Janeiro, 1997.
- LENCIONE, S. Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbana no estado de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, n.4, p. 41-51, 1985.
- LOPES, S.A. Autoconstrução em Sertanópolis: resolução do problema da moradia ou exaustão da força de trabalho? 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. Cadernos geográficos, Florianópolis, n.2, p. 1-49 maio 2000.
- OLIVEIRA, M.A. Do “trabalhador volante” à “morador de periferia”: o cortador de cana de Porecatu-PR (1945-1985), 1989. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, M. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

In Defense of the Studies into Small Towns in the Geography Education

ABSTRACT

Objective of this article is discuss the importance of the small cities in the geography education. As singular places, the small towns nucleus to reveal the universality in the general process allowing that countless theme and thematic of the geography education can be realize from the small town studies.

KEY-WORDS: small cities, place, education, geography.